

FORUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
FORUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
FORUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
FORUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
FORUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
**FORUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
FORUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
FORUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL
E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS





FÓRUM

AMAZÔNIA

SUSTENTÁVEL



✓ Apresentação

O Brasil é o quarto principal emissor de gases de efeito estufa (GEE) do mundo.¹ De acordo com o último relatório de emissão de GEE do Brasil publicado em 2004 com dados de 1994, a maioria (55%) das emissões brasileiras (CO₂ equivalente, ou CO₂e)² é oriunda do desmatamento na Amazônia. Por essa razão, a diminuição na taxa de desmatamento na região amazônica é uma das principais medidas para o Brasil reduzir suas emissões de GEE.

O *Fórum Amazônia Sustentável* definiu, em plenária realizada em novembro de 2008 (Manaus, Amazonas), o tema mudanças climáticas como uma das prioridades para a sua agenda de trabalho em 2009. Em termos específicos, a plenária recomendou que houvesse um esforço por parte do *Fórum* para influenciar o governo brasileiro a assumir compromissos de redução de emissões de GEE no Brasil, bem como apoiar a inserção de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) na Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-15³) em Copenhague, na Dinamarca.

Para alcançar esse objetivo, o *Fórum* criou um Grupo de Trabalho que, em parceria com a Comis-

são Executiva do *Fórum*, decidiu elaborar e divulgar amplamente uma Carta de Princípios para REDD, bem como realizar três seminários estratégicos:

☉ SEMINÁRIO REDD E OS POVOS DA FLORESTA, RIO BRANCO (AC)

12-13 DE AGOSTO

☉ SEMINÁRIO BRASIL E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SÃO PAULO (SP)

25 DE AGOSTO

☉ SEMINÁRIO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COP-15, BELÉM (PA)

28 DE OUTUBRO

A elaboração da Carta REDD envolveu 120 pessoas de diferentes segmentos sociais, cujas sugestões foram sistematizadas por uma Comissão de Redação⁴ que, de março a junho, realizou três reuniões⁵ de trabalho em São Paulo (SP).

A Carta REDD foi protocolada nos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), das Relações Exte-

O FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL é um espaço permanente de debate, cuja missão é mobilizar representantes de diversos segmentos sociais e promover diálogo para articular ações em prol de uma Amazônia justa e sustentável.

O *Fórum*, que atua desde 2007, tem 194 associados de vários setores como empresas, fundações, bancos, institutos de pesquisa, universidades, entidades representativas de povos tradicionais e indígenas, cooperativas, órgãos e entes públicos etc.

“Já somos muito prejudicados com o desmatamento e seremos ainda mais afetados com as prováveis alterações climáticas e seus efeitos sobre a floresta. A emergência da questão climática requer medidas concretas, e a sociedade precisa acompanhar os compromissos assumidos.”

Rubens Gomes, representante do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) na Comissão Executiva do *Fórum Amazônia Sustentável*.



- 1 Os três maiores emissores de GEE são na ordem Estados Unidos, China e Indonésia.
- 2 CO₂ e significa “equivalente de dióxido de carbono”, uma medida padronizada de GEE como o dióxido de carbono e o metano. As emissões são medidas em toneladas métricas de CO₂ e por ano ou por meio de múltiplos como milhões de toneladas (MtCOe) ou bilhões de toneladas (GtCOe).
- 3 Encontro de países signatários da Convenção sobre Mudanças Climáticas que ocorrerá em Copenhague, na Dinamarca.
- 4 Composição da Comissão de Redação da Carta REDD: André Lima (Ipam), Brenda Brito e Beto Veríssimo (Imazon), João Tezza (FAS), Marina Grossi (CEBDS), Meire Ferreira (Ares), Rubens Born (Vitae Civilis), Sérgio Abranches, Sérgio Guimarães (ICV) e Shakespeare de Jesus (CUT).
- 5 Nas datas 13 de março, 17 de abril e 18 de junho de 2009.

riores (MRE) e do Meio Ambiente (MMA) em 31 de julho, com um rol de princípios e sugestões para que o Brasil defenda posições sobre REDD que representem os anseios da sociedade civil nas discussões e decisões na COP-15.

A segunda atividade da agenda REDD/2009 foi o seminário **REDD e Povos da Floresta**, realizado nos dias 12 e 13 de agosto em Rio Branco (Acre) para um público de aproximadamente 250 pessoas. O evento – que contou com a presença do Governador do Acre (Binho Marques), autoridades locais, líderes de seringueiros, povos indígenas, agricultores familiares, pesquisadores e representantes de ONGs ambientalistas – contribuiu para ampliar a discussão sobre REDD junto aos representantes das populações tradicionais da Amazônia. Para realizá-lo, o *Fórum* teve apoio do Governo do Estado do Acre, do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e do Projeto Saúde e Alegria (PSA).

Em 25 de agosto de 2009, em parceria com a Vale, Instituto Ethos, Valor Econômico e Globo News, o *Fórum* realizou o seminário **Brasil e as Mudanças Climáticas: oportunidades para uma economia de baixo carbono**, em São Paulo (SP). O evento reuniu 260 pessoas, entre empresários, ministros, parlamentares, ambientalistas, pesquisadores e representantes dos povos da floresta. Na ocasião, 22 das maiores empresas brasileiras lançaram uma Carta

Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas.

O **Seminário Mudanças Climáticas e COP-15** ocorreu em 28 e 29 de outubro em Belém. O debate, que contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas de diversos segmentos da sociedade, buscou alertar o governo para o possível fracasso de um acordo efetivo sobre o clima na COP-15 em Copenhague. No encontro, o *Fórum*, elaborou uma carta ao presidente pedindo que use sua liderança pelo acordo climático global.

Essas quatro iniciativas – Carta REDD e Seminários em Rio Branco, São Paulo e Belém – reforçaram o poder de mobilização e de construção de parcerias do *Fórum Amazônia Sustentável* e foram essenciais para influenciar a posição brasileira na questão de mudanças climáticas para a COP-15. Entre as questões principais expostas tanto na Carta REDD como na carta das empresas inclui-se a recomendação para que o Brasil assumira uma posição de liderança nas negociações sobre a definição de metas globais para redução de GEE, bem como apoio o estabelecimento de um sistema de REDD que considere diferentes mecanismos de financiamento. Além disso, o *Fórum* enfatizou que os recursos para REDD a serem obtidos junto a fontes mistas (doações voluntárias e mercado) devem recompensar economicamente os interessados em manter a floresta em pé, ou seja, populações indígenas, produtores rurais, povos tradicionais, agricultores familiares e empresas.



“A crise do clima requer resposta imediata da comunidade internacional. O Brasil tem condições de chegar à COP-15 de maneira ambiciosa e está trabalhando para isso, mas é preciso que outros países sejam igualmente ambiciosos.”

Luiz Figueiredo, Embaixador
Diretor do Departamento de Meio Ambiente do MRE.





“O Brasil já começou a assumir metas de consumo interno voluntárias. É preciso dar o próximo passo. Acredito que o Brasil chegará a Copenhague com um número concreto para sua meta de redução.”
Sobre a Carta Aberta: “Trata-se de uma carta histórica.”

Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente.



✓ Mudanças Climáticas e REDD

Diferente dos ciclos naturais de variação climática ocorridos no planeta ao longo dos últimos cinco séculos – nos quais a temperatura teve ligeira variação e apenas em alguns lugares – estamos vivendo uma época de aquecimento crescente e global (Fagan 2009). O Quarto Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) indica que se houver um aumento de temperatura acima de 2 graus Celsius em relação ao início da era industrial, as consequências serão desastrosas para o bem-estar da humanidade e economia dos países e afetará sobretudo as regiões mais pobres do planeta. Entre as consequências ambientais a serem agravadas com o aquecimento global, incluem-se derretimento de geleiras, inundação de regiões costeiras, tempestades mais intensas, furacões, tornados e ocorrência de períodos secos mais prolongados. Além disso, as mudanças climáticas podem afetar severamente a produção agrícola e ameaçar a integridade das florestas e a biodiversidade.

A redução de emissões de GEE é um dos maiores desafios da humanidade em todos os tempos. Para que o aumento da temperatura se mantenha abaixo de 2 graus Celsius, o IPCC indica que as emissões de CO₂ na atmosfera não devem ultrapassar 450 ppm (partes por milhão). Isso significa que a emissão total de GEE neste século não deve ser superior, em média, a 18 GtCO₂e/ano (bilhões de toneladas de GEE expressas em CO₂e/ano). Porém, de acordo com a McKinsey (2008), cerca

As mudanças climáticas resultam de um processo de acúmulo de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, principalmente de dióxido de carbono (CO₂). Esses gases impedem o retorno de parte dos raios solares para o espaço, ocasionando o aquecimento do planeta. Após a Revolução Industrial (meados do século XIX) houve um aumento expressivo no acúmulo de CO₂ na atmosfera, principalmente como resultado da queima de combustíveis fósseis. Desde 1850, a concentração atmosférica de CO₂ aumentou 31% e mais da metade desse crescimento ocorreu nos últimos cinquenta anos. Estima-se que a temperatura do planeta já aumentou 0,7 grau Celsius no último século e que tende a aumentar ainda mais nas próximas décadas.

de 45 GtCO₂e foram emitidas em 2005 e a projeção é que essas emissões devam atingir (caso não haja grandes mudanças nos acordos de clima para estabelecer metas robustas de redução de emissão de GEE) cerca de 70 GtCO₂e em 2030. Isso significa ultrapassar nas próximas duas décadas a meta sugerida pelo IPCC de 450 ppm (Mackinsey 2008) em relação ao ano base de 1990.

✓ Metas para Países Industrializados e Países em Desenvolvimento

A redução da quantidade de emissões de GEE a ponto de estabilizar o aumento médio da temperatura mundial até 2 graus Celsius depende de metas arrojadas de redução para os países desenvolvidos e industrializados (países do Anexo 1). Para o IPCC, essa redução de emissão de GEE deveria girar em torno de 25% a 40%, no caso dos países industrializados. Porém, muitos especialistas afirmam que não será possível alcançar a meta global de redução de GEE no patamar sugerido pelo IPCC sem uma participação importante dos



países considerados emergentes (em desenvolvimento) como Brasil, Índia, China, Rússia, México e África do Sul (países do Anexo 2).

✓ Emissões de GEE no Brasil

O Brasil já é um grande emissor de CO₂ ocupando a quarta posição entre os maiores emissores do planeta. De acordo com os dados do inventário nacional de emissões do Brasil publicado em 2004, porém com dados referentes ao ano de 1994, o Brasil emitiu 1,03 bilhão de toneladas de CO₂ para a atmosfera.⁶ Desse total, a maioria (75%) das emissões foi causada pela mudança de uso do solo, principalmente pelo desmatamento (MCT 2004). Nos próximos meses, o Brasil deve anunciar novas estimativas de emissões de GEE e espera-se um aumento nas emissões totais do país.

No Brasil, o desmatamento na Amazônia representou aproximadamente 55% das emissões nacionais, de acordo com os dados de 1994 do inventário nacional de emissões de GEE. Isso contribuiu para uma emissão *per capita* de GEE muito alta no país (estimada entre 12 e 13 toneladas de CO₂ por

⁶ De acordo com o World Resources Institute (WRI), o Brasil emitiu 2,2 GtCO₂e em 2005 (4º maior emissor global de GEE).

habitante), superior a de países industrializados europeus (10 toneladas de CO₂ por habitante).

SERVIÇOS AMBIENTAIS DA FLORESTA AMAZÔNICA

As florestas tropicais somam aproximadamente 1 bilhão de hectares [25% do total de florestas do mundo]. Desse total, a Grande Amazônia [incluindo a cobertura florestal em todos os países amazônicos] detém 550 milhões de hectares [55%]. O restante [450 milhões de hectares], ou 45% do total, distribui-se entre as florestas da África tropical [bacia do Congo] e do sudoeste asiático.

A floresta amazônica tem um papel fundamental na regulação do clima regional e global. Por exemplo, a Amazônia é “provedora” de chuvas para amplas áreas da América do Sul. Além disso, estima-se que a região



“Se a sobrevivência da floresta está em jogo, a nossa também está. Por isso, queremos uma posição clara do governo brasileiro sobre o REDD que beneficie os povos das florestas. Temos milhares de comunidades e as maiores extensões florestais nos trópicos. Podemos pautar as discussões internacionais.”

Júlio Barbosa, representante do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) na Comissão Executiva do Fórum Amazônia Sustentável.

MAPA BIOMA AMAZÔNIA





abriga entre 120-150 bilhões de toneladas de carbono (acima do solo), os quais se liberados para a atmosfera por meio de desmatamento poderiam tornar ainda mais catastrófico o aquecimento global (Malhi *et al.* 2006).

A floresta amazônica também presta outros serviços ambientais ao planeta, tais como proteção de bacias, regulação do fluxo hídrico e reciclagem de nutrientes. Além desses serviços, é fonte de alimento, medicamento e abrigo para milhões de populações tradicionais e povos indígenas. Portanto, a proteção da floresta amazônica por meio da manutenção dos serviços ambientais que ela presta à humanidade deve fazer parte das iniciativas de combate às mudanças climáticas (Ipam 2009).

A floresta da bacia amazônica (incluindo a porção brasileira e dos outros países amazônicos⁷) já havia perdido até 2008⁸ pelo menos 0,95 milhão de quilômetros quadrados (15%) dos 6,25 milhões de quilômetros quadrados originais da floresta. Desse total, a maioria (82%) do desmatamento ocorreu no Brasil, seguido do Peru (7%), Bolívia (4%), Colômbia (3%) e o restante distribuído entre Equador, Venezuela, Guiana e Suriname (4%). Não há registro de desmatamento na

Guiana Francesa. Há também extensas áreas de florestas que sofreram degradação pela atividade madeireira predatória e incêndios florestais principalmente no Brasil e, em menor proporção, na Bolívia e Peru (GEO Amazônia 2008).

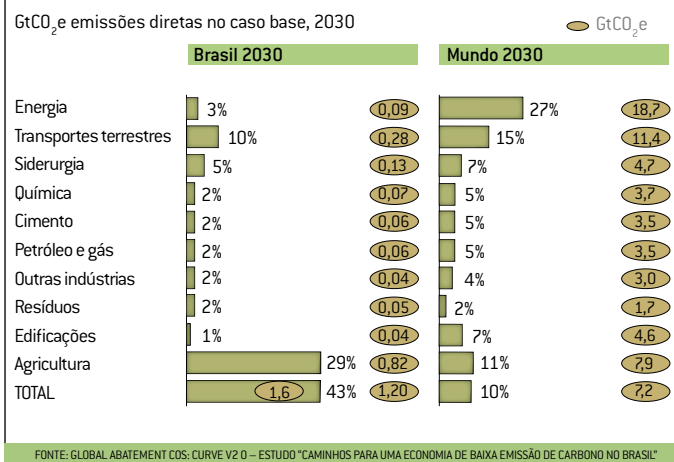
Na escala global, as emissões de GEE oriundas de mudanças do uso do solo, desmatamento e degradação florestal contribuem entre 17% e 20% das emissões GEE de CO₂e, quantidade maior que a emitida por todo o setor mundial de transportes. Por essa razão, é crucial estabelecer e aplicar mecanismos tais como REDD para reduzir drasticamente

“A articulação nacional é a contribuição do Fórum para subsidiar a decisão oficial do Brasil no debate climático. Qualquer perspectiva de desenvolvimento sustentável para a Amazônia precisa incluir os diversos segmentos da sociedade.”

Adriana Ramos, representante do ISA na Comissão Executiva do Fórum Amazônia Sustentável.



COMPARAÇÃO ENTRE O PERFIL DAS EMISSÕES DO BRASIL E DO MUNDO EM 2030



7 O bioma Amazônia possui 6,25 milhões de quilômetros quadrados com a seguinte distribuição proporcional: Brasil (63%), Peru (10,4%), Colômbia (7,3%), Bolívia (5,6%), Venezuela (4,5%) e o restante distribuído entre Equador, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.
8 Apenas o Brasil tem dados de desmatamento consolidados até 2009. Os outros países amazônicos possuem estatísticas comparáveis de desmatamento somente até 2001. Portanto, o desmatamento total está subestimado. A participação relativa da Bolívia e Peru pode ter aumentado nesse período.

mente as emissões oriundas de desmatamento e degradação florestal, caso isso não aconteça, será difícil atingir as metas de redução de GEE necessárias para alcançar a meta global de não ultrapassar as emissões de CO₂ em 450 ppm.

A humanidade enfrenta atualmente o grande desafio de criar estratégias para valoração dos serviços ambientais da floresta, principalmente aqueles prestados por populações locais (comunidades ribeirinhas e populações indígenas) como a manutenção da floresta em pé ou o desmatamento evitado. A prestação desses serviços pode ser compensada economicamente por meio de mecanismos como é o caso do REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Além de diminuir as emissões de GEE, evitar o desmatamento é uma grande oportunidade para a conservação das florestas tropicais e sua biodiversidade.



✓ O que é REDD

O avanço mais significativo sobre o tema REDD ocorreu em 2007, na 13ª Conferência das Partes (COP-13) da Convenção Quadro de Mudanças do Clima em Bali, na Indonésia. Nessa conferência foi adotado o Plano de Ação de Bali que estabeleceu, dentre outros temas, que em 2009 na COP-15 haveria uma decisão sobre a inclusão de REDD como um mecanismo adicional para atender os objetivos da Convenção. O mecanismo REDD deverá contemplar formas de prover incentivos positivos aos países em desenvolvimento que reduzirem as emissões derivadas de desmatamento e degradação das florestas. Além disso, também se discute que esse mecanismo deve reconhecer esforços de países em relação ao aumento das reservas florestais de carbono, gestão sustentável das florestas e conservação florestal (Ipam 2009).

O principal objetivo do REDD é portanto criar incentivos significativos para remunerar os países detentores de florestas pelos serviços climáticos prestados ao mundo. Contudo, esses incentivos devem ter escala, pois se forem insuficientes não serão capazes de se sobrepor às outras atividades econômicas como a exploração madeireira e a pecuária que impulsionam o desmatamento. Além disso, os cidadãos desses países, especialmente aqueles que dependem da floresta para seus meios de vida, precisam participar ativamente da definição do sistema de pagamento de serviços ambientais com base em REDD.



“REDD é uma grande oportunidade para a Amazônia, mas é necessário garantir ampla participação pública para assegurar que os incentivos cheguem àqueles que efetivamente mantêm a floresta em pé.”

Brenda Brito, representante do Imazon na Comissão Executiva do Fórum Amazônia Sustentável.



“

“É preciso tomar atitudes já e o posicionamento do governo é essencial, pois o processo de mudança é complexo, cheio de dúvidas e incertezas.”

Guilherme Leal,
Co-Presidente do Conselho
Administrativo da Natura.

O mecanismo REDD poderá contribuir para a redução da quantidade de emissões de GEE a ponto de estabilizar o aumento médio da temperatura mundial abaixo de 2 graus Celsius. Para cumprir essa meta é preciso reduzir as emissões oriundas do desmatamento em termos mundiais em no mínimo 75% ou mais até 2020, tendo no horizonte a eliminação, até 2030, de todas as emissões florestais ocasionadas por desmatamento e degradação (Proposta da Comunidade de ONGs para o Acordo de Copenhague⁹). Além disso, combater o desmatamento e a degradação florestal ajuda a conservar os recursos naturais que desempenham um papel-chave na manutenção do regime hídrico e da biodiversidade e também contribui para a qualidade de vida dos povos da floresta (indígenas e comunidades locais). Finalmente, o REDD permite que os países com altos índices de desmatamento rompam sua tendência histórica de devastação.

HISTÓRICO DAS **NEGOCIAÇÕES** DE REDD

A Conferência das Partes sobre a Convenção Quadro de Mudanças do Clima da ONU (UNFCCC, em inglês) ocorrida em Bali no final de 2007 firmou o compromisso de tratar os desafios da mudança climática por meio do Plano de Ação de Bali e do Mapa do Caminho de Bali. Esses dois documentos preveem a decisão sobre a criação do mecanismo REDD na COP-15, em Copenhague, como uma das

estratégias do novo acordo climático global para ajudar a conter as emissões de GEE.

Na COP-14, em Poznan, Polônia, os países em desenvolvimento como Brasil, México, Peru, China e África do Sul anunciaram suas propostas e metas de redução de emissões de GEE e seus planos nacionais. Por exemplo, em dezembro de 2008, o Brasil lançou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), que tem como uns dos objetivos principais a meta de reduzir até 2020 em 80% o desmatamento na Amazônia Legal.

Muitas ações de REDD já estão sendo tomadas pelos países em desenvolvimento, independentemente da política de REDD a ser estabelecida pela ONU. Essas ações influenciam diretamente a construção dessa política, pois tecnologias como monitoramento das florestas via satélite e geração de informações realizadas por esses países poderão ser usadas pelos negociadores da ONU. Por exemplo, o Banco Mundial lançou durante a COP-13 um Fundo chamado “Forest Carbon Partnership Facility” (FCPF), o qual prevê a preparação de países para adoção do mecanismo REDD, o que inclui elaboração de planos nacionais para esse mecanismo. Outro exemplo é o Fundo Amazônia, lançado oficialmente no Brasil em agosto de 2008 (Decreto 6527/2008). Esse fundo visa a arrecadação de recursos por meio de doações voluntárias para o financiamento de ações de REDD. Além desses mecanismos de incentivos financeiros, há projetos de REDD financiados por iniciativas privadas, terceiro setor ou instituições multilaterais. Estes projetos, em fase de experimentação em países

⁹ Este documento foi redigido por indivíduos do mundo todo numa reflexão sobre as circunstâncias nacionais dos diferentes países.



tropicais, atualmente operam apenas para mercados de carbono voluntários. Tais experiências podem fundamentar debates futuros e influenciar as negociações para o período pós-2012. Com o Tratado de Copenhague, espera-se que até 2050 a sociedade mundial consiga reduzir as emissões globais de GEE em no mínimo 80% em relação aos níveis de 1990.

✓ **Posição Brasileira sobre REDD**

O Brasil tem um papel importante no debate sobre REDD na COP-15, pois detém cerca de um terço das florestas tropicais do mundo. As emissões oriundas do desmatamento da floresta amazônica são responsáveis atualmente por 55% das emissões nacionais. Dessa forma, o país precisa assumir uma posição diante do mundo sobre a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal. O debate em Copenhague é uma grande oportunidade para que o governo brasileiro assuma o compromisso de preservar e valorizar suas florestas tropicais e os serviços ambientais por elas prestados.

Até setembro de 2009, a proposta brasileira ainda estava vinculada ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), cujo objetivo geral é incentivar o desenvolvimento de ações e colaborar com o esforço mundial de combate às mudanças climáticas (Ipam 2009). Um dos seus objetivos principais é a meta de reduzir até 2020 em 80% o desmatamento na Amazônia Legal. O plano também indica a criação de condições internas para enfrentar as consequências sociais e econômicas

das mudanças climáticas e inclui medidas nas áreas de produção de energia elétrica, carvão, biodiesel, álcool, estímulo a fontes renováveis e ampliação de iniciativas de reciclagem.

O acesso a mecanismos de incentivos para redução de desmatamento e degradação florestal motivaria a construção de novos modelos de desenvolvimento na Amazônia, bem como aperfeiçoaria os modelos inovadores emergentes. Além disso, criaria alternativas econômicas para os povos que vivem e dependem da floresta para sobreviver.

✓ **Abordagem de REDD no Fórum Amazônia Sustentável**

O *Fórum Amazônia Sustentável* é um espaço permanente de debates sobre a Amazônia. Foi fundado em 2007 e, em novembro de 2009, reunia 194 membros de diversos segmentos. O *Fórum* tem demonstrado grande capacidade de mobilizar e promover o diálogo entre diferentes setores da sociedade, por exemplo, empresas privadas com atuação na Amazônia, principais redes socioambientais, ONGs ambientalistas, instituições de pesquisa e organizações sociais, entre outros.

O ano de 2009 representou o marco inicial da consolidação do *Fórum* como espaço de diálogo sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia, em função da qualidade dos debates promovidos e do grande público mobilizado. Nesse ano, o *Fórum* liderou a construção de uma Carta de Princípios para o REDD e realizou três importantes seminários sobre o tema mudanças climáticas.



Sobre a Carta Aberta: “O compromisso do setor privado influi de modo decisivo na diplomacia brasileira em relação ao posicionamento do Brasil na COP 15.”

Beto Veríssimo, representante do Imazon na Comissão Executiva do *Fórum Amazônia Sustentável*.



Os eventos da agenda REDD conseguiram mobilizar a mídia nacional e os objetivos estratégicos foram satisfatoriamente atingidos com alcance de todas as regiões brasileiras. A disseminação da Carta REDD totalizou 39 inserções na mídia, levando a mensagem do Fórum a alguns dos mais influentes meios de comunicação, entre eles: Folha de São Paulo (SP); Jornal do Comércio (PE); O Tempo (MG); Diário Popular (RS); Folha do Acre (AC); Site Terra; Agência O Globo (RJ); Meio Rural; e Agência Brasil (DF).

✓ Carta REDD

Para influenciar a posição brasileira durante a COP-15 em Copenhague, o Grupo de Trabalho 3, em parceria com a Comissão Executiva do *Fórum*, conduziu a elaboração e divulgação de uma Carta de Princípios para REDD a partir de amplo debate com seguimentos organizados dos setores social, ambiental, acadêmico, empresarial e representantes dos governos dos Estados amazônicos (que também lançaram uma carta sobre REDD, ver Anexo “Carta dos Governadores da Amazônia sobre REDD”) e do governo federal.

No debate sobre os princípios para REDD concluiu-se que, para funcionar, as ações de REDD devem oferecer alternativas econômicas mais atrativas do que as atividades causadoras de desmatamento e degradação. Portanto, é necessário incentivar uma nova base econômica para a região amazônica, fundada na valorização da floresta em pé e no uso sustentável dos recursos naturais.

A Carta REDD traz sugestões para que o Brasil defenda posições que representem os anseios da sociedade civil no âmbito do novo acordo climático que deverá vigorar após 2012. O documento defende, por exemplo, que os recursos financeiros obtidos com o mecanismo devem garantir a redução do desmatamento e da degradação e recompensar as pessoas envolvidas na conservação da floresta (povos da floresta, agricultores familiares, produtores rurais e empresas). Além disso, reforça a importância da participação da sociedade nas tomadas de decisão sobre o uso dos recursos florestais.



O segundo princípio da Carta sustenta que os direitos das comunidades envolvidas em projetos de REDD sejam previamente informados e constantemente respeitados, mediante consentimento prévio e esclarecimentos sobre riscos e oportunidades do mecanismo.

O documento também defende a criação de um sistema nacional de controle de emissões. De acordo com o texto, o mecanismo REDD deve estar incluído em uma estratégia multissetorial com garantias de monitoramento e manutenção de resultados por um sistema nacional de regulação transparente e independente. Além disso, as ações devem ser implantadas em parceria com todas as instâncias governamentais.

Em 31 de julho, a Carta REDD foi protocolada no MRE, MMA e MCT e, em 20 de agosto, membros do Grupo de Trabalho 3 e da Comissão Executiva do *Fórum* foram recebidos no MRE por André Carvalho, chefe da divisão de política ambiental, e por Vera Machado, Embaixadora e Sub-Secretária Geral para assuntos políticos. O objetivo da reunião foi apresentar a Carta REDD e enfatizar sua importância para fundamentar a posição oficial do Brasil.

→ Carta de Princípios para REDD

Fórum Amazônia Sustentável

As mudanças climáticas representam o maior desafio ambiental da humanidade. Sua causa está associada ao aquecimento global, agravado pelos gases de efeito estufa (GEE) emitidos na atmosfera em decorrência de atividades humanas, principalmente a queima de combustíveis fósseis. Se o ritmo de emissões de GEE não for reduzido significativamente, será impossível evitar o agravamento de consequências ambientais negativas já observadas atualmente pelas alterações climáticas como, por exemplo, derretimento de geleiras, inundação de cidades costeiras e tempestades mais intensas, entre outros. No Brasil, já vivenciamos em 2009 fenômenos extremos simultâneos de seca no Sul e enchentes no Norte e Nordeste, com graves prejuízos à população e à economia.

Para reduzir a quantidade de emissões de GEE a ponto de estabilizar o aumento médio da temperatura mundial abaixo de 2°C, será necessário estabelecer metas mais arrojadas de redução de emissões para os países desenvolvidos (em torno de 25% a 40%, de acordo com recomendações do IPCC) e criar mecanismos para conter uma importante fonte de emissões: desmatamento e degradação florestal. Somadas às alterações do uso do solo, desmatamento e degradação florestal contribuem entre 17% e 20% das emissões globais de GEE, quantidade maior que a emitida por todo o setor mundial de transportes. Apenas no

Brasil, o desmatamento representa aproximadamente 50% das emissões nacionais e contribui para uma emissão *per capita* de GEE muito alta (estimada entre 12 e 13 toneladas de CO₂), superior a países industrializados europeus (em média 10 toneladas de CO₂). Além disso, a redução das emissões derivadas da perda de florestas auxiliará na conservação dos recursos naturais, o que garantirá a manutenção do regime hídrico, da biodiversidade e contribuirá para a qualidade de vida dos povos da floresta (povos indígenas e comunidades tradicionais). Assim, não há dúvidas sobre a absoluta necessidade de criar um mecanismo eficiente e duradouro no âmbito da Convenção Quadro de Mudanças do Clima que viabilize a Redução de Emissões decorrentes de Desmatamento e Degradação (REDD), aliado a ações de conservação e manejo florestal (REDD+).

Nesse sentido, o ano de 2009 representa uma etapa importante na definição de um sistema de REDD, pois em dezembro, na Conferência das Partes (COP) da Convenção a ser realizada em Copenhague (Dinamarca), os países decidirão o futuro desse mecanismo. O Brasil possui um papel estratégico no processo decisório por possuir a maior área de floresta tropical, a Amazônia, que desempenha papel fundamental na manutenção do equilíbrio climático regional e global, mas que atualmente apresenta altas taxas de desmatamento.

Por isso, o Fórum Amazônia Sustentável, por meio do Grupo de Trabalho 3 (Serviços Ambientais/REDD), pretende contribuir com um debate nacional sobre a posição que o Brasil deve apresentar na COP-15, de forma coordenada com os anseios dos diversos setores da sociedade brasileira. Nesse sentido, os representantes do Fórum acreditam que a posição brasileira deve incluir a defesa de: 1) metas globais de redução de emissões para 2020, 2030 e 2050; 2) limites de emissões globais ao longo do século XXI; 3) Plano de Desenvolvimento de Baixo Carbono com metas de redução de emissões em diferentes setores produtivos e 4) definição de mecanismos de REDD. Especificamente sobre REDD, o Fórum parte da premissa de que é desejável atrair recursos externos para programas de preservação da floresta amazônica, mas desde que o poder decisório sobre a aplicação dos recursos seja de responsabilidade do Brasil, através da interação entre governo e sociedade.

Este documento sintetiza princípios fundamentais para REDD, elencados a partir do entendimento comum entre as diversas instituições representadas no Fórum. São eles:

1 Garantir distribuição justa e equitativa de recursos: os recursos obtidos por meio de REDD devem prioritariamente recompensar economicamente os povos da floresta que estão diretamente envolvidos com o esforço de conservação florestal e de diminuição do desmatamento e da degradação florestal. Do mesmo modo, devem recompensar produtores rurais, empresas e agricultores familiares que assumirem compromissos efetivos pela conservação florestal;

2 Garantir qualidade de vida e direitos aos povos das florestas: as populações tradicionais e povos indígenas diretamente envolvidos em projetos de REDD devem ter reconhecimento e garantia de seus direitos associados à terra e ao uso dos recursos naturais, sendo-lhes garantido o direito ao consentimento prévio e esclarecimentos a respeito dos riscos e oportunidades de REDD. O sucesso das ações de REDD não poderá representar sacrifícios na vida social, cultural e econômica dessas pessoas, ou mesmo induzir novos padrões que possam prejudicá-las;

3 Promover sustentabilidade econômica: as ações de REDD devem oferecer alternativas econômicas mais atrativas do que as atividades que causam desmatamento e degradação florestal, visando implementar uma economia baseada na valorização da floresta em pé e no uso sustentável da terra;

4 Melhorar a governança florestal: as ações de REDD devem: (i) proporcionar ampla participação da sociedade, principalmente de povos da floresta, nas tomadas de decisão sobre o uso dos recursos florestais; (ii) valorizar a coordenação entre políticas públicas relacionadas à conservação, geração de renda, investimentos sociais e pesquisa na área florestal; (iii) garantir transparência em todo o processo de obtenção, aplicação e distribuição de recursos; (iv) fortalecer instituições responsáveis pela implementação de ações de prevenção e controle do desmatamento e degradação florestal;



5 Criar um sistema nacional de controle de emissões: REDD deve estar incluído em uma estratégia multissetorial com garantias de que os resultados serão mantidos e monitorados por um sistema nacional de regulação das emissões, operado de forma transparente e independente. Esse sistema deve monitorar e publicar estimativas anuais sobre emissões florestais em consonância com regras da Convenção Quadro do Clima. Essa estrutura deve ser simples e ágil para estimular o desenvolvimento e a aplicação de ações e tecnologias efetivas para REDD, seguindo princípios já destacados nesta carta;

6 Promover coordenação com instâncias governamentais sub-nacionais: as ações de REDD devem ser implementadas em parceria com todas as instân-

cias governamentais de cada país, para aumentar o envolvimento dos diferentes atores envolvidos. Isso será importante para garantir a implementação eficaz de políticas para REDD no âmbito local. Esforços sub-nacionais devem ser recompensados a partir do desempenho alcançado na redução das emissões florestais e na conservação florestal. Da mesma forma, os países devem estimular internamente a captação de recursos e adoção de ações regionais voltadas para REDD, integradas com as me-

tas e estratégias federais;

7 Aceitar diferentes mecanismos de financiamento: a estratégia nacional de captação de recursos para ações de REDD deve considerar mecanismos de captação de doações como o Fundo Amazônia, bem como outros mecanismos advindos de instrumentos de mercado, desde que essa combinação contribua para uma redução efetiva da emissão de GEE global. Ou seja, um eventual mercado envolvendo REDD não pode desestimular a mudança de padrões relacionada à principal fonte de emissões de GEE, que é a queima de combustíveis fósseis nos países desenvolvidos. Todos os recursos obtidos (via doação ou mercado) devem ser complementares aos orçamentos públicos destinados à REDD.

O seminário REDD e Povos da Floresta, realizado em Rio Branco/AC, teve 32 inserções e grande penetração na mídia regional¹⁰, um dos aspectos estratégicos da divulgação. Destaque para a repercussão nos jornais e sites: A Gazeta (AC); Página 21 (AC); Blog do Altino (AC); O Rio Branco (AC); Globo Amazônia; O Alto Acre (AC); Rondônia Agora (RO); O Liberal (PA); O Estado de São Paulo (SP); Valor Econômico (SP).

✓ Seminário REDD e Povos da Floresta

O Fórum Amazônia Sustentável organizou em Rio Branco (Acre), nos dias 12 e 13 de agosto de 2009, o seminário REDD e Povos da Floresta. O encontro reuniu 254 pessoas, entre autoridades locais, representantes de organizações de seringueiros, indígenas e agricultores familiares do Acre, com o objetivo de capacitá-los para o debate internacional sobre REDD.

Durante o evento, o governador Binho Marques (PT/AC) anunciou o programa estadual de incentivo ao pagamento por serviços ambientais, destinado a reduzir as emissões de GEE. A medida beneficia populações tradicionais, assentados e fazendeiros que ajudam a preservar a floresta amazônica no Estado.

Os povos da floresta devem ser beneficiados pelo mecanismo REDD em função dos serviços que prestam ao equilíbrio global do clima, por exemplo,

manutenção de matas nativas e conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade. Os recursos financeiros oriundos do mecanismo podem ajudar a manter os modos tradicionais de vida desses povos e desenvolver projetos sustentáveis na Amazônia.

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO REDD E POVOS DA FLORESTA

Painel 1: INTRODUÇÃO A MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDD
Tasso Azevedo (MMA), Sérgio Abranches
Moderação: Beto Veríssimo (Imazon)

Painel 2: PLANO NACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: metas de redução e regime de repartição de benefícios
André Lima (Ipam), Brenda Brito (Imazon)
Moderação: Sérgio Guimarães (ICV)

Painel 3: FLORESTA EM PÉ E POVOS DA FLORESTA NA AGENDA REDD
Rubens Gomes (GTA), Adriana Ramos (ISA)
Moderação: Júlio Barbosa (CNS)

Painel 4: POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO ATIVO AMBIENTAL FLORESTAL: apresentação do documento base do plano REDD para consulta
Eufran Amaral (Sema/AC), Carlos Ovídeo Resende (Seflor/AC), Judson Valentim (Embrapa/AC), Magna Cunha (GTZ), Foster Brown (Woods Hole Research Center), Fernanda Basso (UICN), Carlos Scaramuzza (WWF)
Moderação: Eugênio Pantoja (Sema/AC)



10 <http://www.agencia.ac.gov.br/videos/?p=7681#menu>



O seminário Brasil e as Mudanças Climáticas, realizado em São Paulo/SP, contou com 58 inserções que atingiram a grande mídia: Folha de São Paulo (SP); O Estado de São Paulo (SP); Valor Econômico (SP); O Globo (RJ). O seminário também foi divulgado nos canais de TV Globo News¹¹; Record; Rede Globo; SBT; e em blogs influentes como o da jornalista Miriam Leitão. Além de notícias, o evento gerou editoriais em grandes jornais como Folha de São Paulo e Valor Econômico¹² e até mesmo o site oficial sobre a COP-15 reproduziu a notícia¹³.

✓ Seminário Brasil e as Mudanças Climáticas

Empresários, representantes do governo e ONGs reuniram-se em São Paulo/SP, no dia 25 de agosto de 2009, para um debate sobre as perspectivas do setor produtivo nacional diante do desafio de estabelecer uma economia com menos emissão de GEE.

O seminário – promovido pelo Fórum Amazônia Sustentável, Vale, Instituto Ethos, Jornal Valor Econômico e Globonews – sinalizou um claro compromisso da sociedade brasileira para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Durante o evento, as 260 pessoas presentes conheceram a Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas, assinada por líderes de 22 grandes empresas brasileiras. O documento simboliza um marco inédito para o setor empresarial, que apresentou sugestões ao governo federal, mas também assumiu compromisso de reduzir e monitorar suas próprias emissões.



O documento também cobra do governo federal o estabelecimento de metas internas de redução, a implantação de políticas públicas e a publicação de estimativas anuais de emissões para orientar a sociedade e tornar ágil os processos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

No campo internacional, os empresários pedem que o Brasil retome seu papel de liderança nas negociações da Conferência do Clima – COP-15 a fim de apoiar a criação de um mecanismo REDD que considere recursos de diferentes fontes: contribuições voluntárias e captação via mercado.

¹¹ <http://video.globo.com/videos/player/noticias/0,,gim1114882-7823-melhores+momentos+do+seminario+brasil+e+as+mudancas+climaticas,00.html>
<http://video.globo.com/videos/player/noticias/0,,gim111540-7823-forum+discute+o+papel+do+brasil+na+economia+de+baixo+carbono,00.html>

¹² <http://clipping.ideiafixa.com.br/site/clippingdiario.php?clienteid=538¬iciaid=1397595&access=8947df9358a3c74ffbd9e3bc8f489446>

¹³ <http://www.actoncopenhagen.decc.gov.uk/en/global-action1/americas/brazil/brazil-reduce-emissions>

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO BRASIL E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Painel 1: DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Guilherme Leal (Co-presidente do conselho de administração da Natura)
José Luciano Penido (Presidente da VCP Aracruz)
Otávio Marques de Azevedo (Diretor-Presidente da Andrade Gutierrez)
Ricardo Young (Presidente do Instituto Ethos)
Moderação: André Trigueiro (jornalista da Globo News)

Painel 2: O PAPEL DO SETOR PRIVADO NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Beto Veríssimo (Representante do Imazon no Fórum Amazônia Sustentável)
Antonio Maciel Neto (Diretor-Presidente da Suzano)
Bernardo Gradin (Presidente da Braskem)
Wilson Ferreira Jr. (Diretor-Presidente da CPFL Energia)
Moderação: André Trigueiro (jornalista da Globo News)

Painel 3: O PAPEL DO GOVERNO NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Carlos Minc (Ministro do Meio Ambiente)
Sérgio Machado Rezende (Ministro de Ciência e Tecnologia)
Roger Agnelli (Diretor-Presidente da Vale)
Luiz Alberto Figueiredo Machado (Embaixador diretor do Departamento de Meio Ambiente do MRE)
Moderação: Daniela Chiaretti (jornalista do Valor Econômico)



“Atualmente vivemos a crise de um estilo de vida que tem que acabar porque usa o planeta sem grandes preocupações de comprometimento futuro.”

Wilson Ferreira Jr., Diretor-Presidente da CPFL Energia.

”



“

“A visão da sociedade está mudando e vem exigindo mais responsabilidade social dos empresários, principalmente na questão das mudanças climáticas. Aqueles que agirem de maneira a proteger os recursos naturais e amenizar o aquecimento global estarão anos-luz à frente no mercado.”

Ricardo Young, Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.



“O mundo está mudando e está mudando de forma rápida. É preciso assumir compromissos, inicialmente voluntários, de incorporar na conta o passivo ambiental deixado como herança. Não há mais espaço apenas para o debate, pois estamos vivendo o momento da ação.”

Roger Agnelli, Diretor-Presidente da Vale.



”

→ Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas

Nossa visão

As mudanças climáticas constituem um dos maiores desafios de nosso tempo. O 4º relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) indica que um aumento de temperatura acima de 2° C em relação ao início da era industrial traria consequências desastrosas para a economia dos países e o bem-estar da humanidade, em termos de saúde, segurança alimentar, habitabilidade e meio ambiente, comprometendo de forma irreversível o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, um aumento de temperatura dessa magnitude traria graves reflexos sobre a produção agrícola, a integridade das florestas e da biodiversidade, a segurança das zonas costeiras e a disponibilidade hídrica e energética. Implicaria, portanto, em retrocesso no combate à pobreza e na qualidade de vida da sociedade.

Reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) representa um grande desafio. Para que o aumento da temperatura se estabilize abaixo de 2°C, o IPCC aponta a necessidade de limitar a concentração de CO₂e na atmosfera em até 450 ppm (partes por milhão). Para isso, a emissão total de GEE durante este século não deve ultrapassar, em média, cerca de 18 Gt CO₂e/ano (bilhões de toneladas de GEE expressos em CO₂e/ano). As emissões globais atualmente ultrapassam 40 Gt CO₂e/ano. Mesmo que os países desenvolvidos reduzissem imediatamente a zero suas emissões, não seria possível alcançar a meta global de redução sem uma participação das economias emergentes, entre elas o Brasil.

Vivemos uma oportunidade única de construir um novo modelo de desenvolvimento, baseado numa economia de baixo carbono, que deverá mobilizar empresas, governos e a sociedade civil. Acreditamos que o Brasil, mais do que qualquer outro país no mundo, reúne as condições de liderar a agenda dessa nova economia. A meta de redução do desmatamento em 80% até 2020, preconizada pelo Plano Nacional de Mudanças Climáticas, dará significativa contribuição para a redução das emissões globais. O país tem experiências positivas em outros setores, a exemplo da produção de biocombustíveis, que demonstram a nossa capacidade de atingir esse objetivo.

Estamos certos de que as empresas brasileiras podem dar uma contribuição decisiva para que o país lidere a transição para uma economia de baixo carbono, aproveite novas oportunidades de negócios e aumente sua competitividade. Nesta Carta ao governo e à sociedade brasileira, assumimos compromissos em relação à agenda de mudanças climáticas e propomos ações para o poder público.

Nossos compromissos

Como contribuição aos esforços globais de redução dos impactos das mudanças climáticas, nos comprometemos a:

A Publicar anualmente o inventário das emissões de GEE de nossas empresas, bem como as ações para mitigação de emissões e adaptação às mudanças climáticas;

B Incluir como orientação estratégica no processo decisório de investimentos a escolha de opções que pro-

movam a redução das emissões de GEE nos nossos processos, produtos e serviços;

C Buscar a redução contínua de emissões específicas de GEE e do balanço líquido de emissões de CO₂ de nossas empresas por meio de ações de redução direta das emissões em nossos processos de produção, investimentos em captura e sequestro de carbono e/ou apoio às ações de redução de emissões por desmatamento e degradação;

D Atuar junto à cadeia de suprimentos, visando a redução de emissões de fornecedores e clientes;

E Engajar-nos junto ao governo, à sociedade civil e aos nossos setores de atuação, no esforço de compreensão dos impactos das mudanças climáticas nas regiões onde atuamos e das respectivas ações de adaptação.

Propostas ao governo brasileiro

Em dezembro deste ano, em Copenhague, ocorrerá a COP 15 – a 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Na oportunidade serão discutidos por representantes de cerca de 200 países novos compromissos e incentivos para a redução das emissões de GEE, para a adaptação aos efeitos das emissões históricas e para o desenvolvimento, o financiamento e a cooperação tecnológica que promovam a redução das emissões globais e a estabilidade climática.

Para que o Brasil possa avançar na agenda da economia de baixo carbono e as empresas possam planejar sua atuação neste novo contexto, é fundamental que se estruture um sistema previsível e estável de governança para as ques-

tões de mudanças climáticas. Para tanto, sugerimos ao Governo, no âmbito da participação do Brasil na COP-15:

A Assumir posição de liderança nas negociações para a definição de metas claras de redução global das emissões de GEE, garantindo a aplicação do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas;

B Defender a simplificação e a agilidade da implementação do MDL, passando a ter como critério central de elegibilidade a sua comprovada redução de emissões, eliminando os conceitos de adicionalidade financeira e regulatória e a caracterização dos créditos florestais como temporários;

C Apoiar a criação de um mecanismo de incentivos para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), incluindo a conservação e o manejo florestal sustentável. Tal mecanismo deve considerar recursos de diferentes fontes, incluindo contribuições voluntárias, como o Fundo Amazônia, e outras formas de captação advindas de instrumentos de mercado;

E, no âmbito nacional

D Produzir e publicar Estimativas Anuais de Emissões de GEE no Brasil e, a cada três anos, o Inventário Brasileiro de Emissões de GEE;

E Estabelecer um Sistema Nacional de Controle de Emissões, incluindo mecanismos de consulta e participação da sociedade, e a definição de uma instância reguladora independente para o tema;



F Priorizar a redução das emissões de GEE nas políticas e investimentos públicos para consolidar o posicionamento do país numa economia de baixo carbono;

G Promover a simplificação do processo de avaliação de projetos MDL no Brasil;

H Definir e implementar uma política de apoio aos povos da floresta, produtores rurais, empresas e instituições para as ações de conservação e manejo sustentável das florestas que promovam a Redução das Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD);

I Estabelecer e implantar uma estratégia de adaptação do país às mudanças climáticas.

Signatários:

- Vale
- Grupo Pão de Açúcar – Companhia Brasileira de Distribuição
- Suzano Papel e Celulose
- Votorantim Industrial
- Aracruz Celulose
- Votorantim Celulose e Papel
- Light
- Natura Cosméticos
- CPFL Energia
- Camargo Corrêa
- Andrade Gutierrez
- Construtora OAS
- Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM)
- Coamo Agroindustrial Cooperativa
- Polimix Concreto
- Aflopar Participações
- Estre Ambiental
- Odebrecht Engenharia e Construção
- Grupo Orsa
- Samarco Mineração
- Nutrimental
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica)

Apoio:

- Fórum Amazônia Sustentável
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (SindiExtra)
- Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep)
- Wal-Mart Brasil

O Seminário Mudanças Climáticas e a COP 15, que ocorreu no III Encontro Anual do Fórum Amazônia Sustentável realizado em Belém, teve repercussão na mídia local, com entrevistas ao vivo nas afiliadas da Rede Globo, Bandeirantes e Record, além de reportagem especial no jornal Valor Econômico (SP) e notícias em O Globo (RJ), Canal Rural, sites Terra e Agência Brasil (DF).

✓ Seminário Mudanças Climáticas e COP-15

Nos dias 28 e 29 de outubro, em Belém, o *Fórum* organizou o seminário Mudanças Climáticas e COP-15. O evento contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas de diversos segmentos da sociedade como estudantes, empresários, representantes de ONGs socioambientalistas, professores, jornalistas e representantes de órgãos públicos. O debate buscou alertar o governo brasileiro para o risco de fracasso da Conferência sobre o Clima, em Copenhague. É possível que não se consiga firmar um acordo forte, ambicioso e com força legal durante a COP-15, pois os

governos dos países signatários estão assumindo uma posição apenas voluntária em relação à redução de gases de efeito estufa.

Neste seminário, o *Fórum* assinou uma carta pedindo ao presidente Lula que assuma liderança mundial e conclame os governos de todo o mundo para um acordo climático global ambicioso, justo e com força de lei durante a COP-15. Lembrando o discurso feito por Lula na última Assembleia Geral das Nações Unidas, o texto pede que ele diga aos demais líderes políticos internacionais que é inaceitável adiar as decisões para redução das emissões de gases de efeito estufa.





PROGRAMAÇÃO DO **SEMINÁRIO** MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COP-15

Painel 1: O DESAFIO BRASILEIRO: desenvolvimento incluyente e sustentável
Ignacy Sachs (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris)
Rubens Gomes (Grupo de Trabalho Amazônico - GTA)
José Eli da Veiga (Universidade de São Paulo - USP)
Fábio Abdala (Alcoa)
Moderação: Caio Magri (Instituto Ethos)

Painel 2: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
Beto Veríssimo (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon)
Yuri Feres (Wal-Mart)
Sérgio Amoroso (Grupo Orsa)
Adnan Demachki (Prefeito de Paragominas/PA)
Moderação: Adriana Ramos (Instituto Socioambiental - ISA)

Painel 3: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COP-15
Tasso Azevedo (Ministério do Meio Ambiente - MMA), Neilton Fidelis (Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC), Luiz Claudio Castro (Vale), Julio Barbosa (CNS), Francisco Iglesias (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - FBOMS)
Moderação: Sérgio Guimarães (Instituto Centro de Vida - ICV)

Carta ao Presidente

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

O acordo climático está em risco. Declarações recentes de importantes líderes mundiais sugerem que em Copenhague se discuta o futuro da humanidade de forma meramente voluntária. Segundo tais declarações, há poucas chances de se chegar a um acordo forte, ambicioso e com força legal. O fracasso em Copenhague representa um alto risco de instabilidade que implicará custos sociais, ambientais e econômicos para todos os países.

Consideramos que tais declarações são um sinal claro de falta de vontade política de avançar em um acordo climático ambicioso e justo. É um equívoco afirmar que é necessário mais tempo para as negociações. Adiar tais decisões atende apenas aos objetivos de alguns governos que não querem empenhar-se em torno de compromissos claros. Cabe aos líderes mundiais manterem as negociações nos trilhos da responsabilidade.

O seu apoio como líder global é fundamental para que o acordo de clima não se restrinja a uma carta de boas intenções e seja realmente um compromisso com força de lei internacional.

Por esse motivo, pedimos que Vossa Excelência reforce publicamente a declaração feita em seu discurso na última Assembleia Geral das Nações Unidas, de profunda preocupação com a relutância dos países desenvolvidos de assumirem sua responsabilidade quando se trata de combater as mudanças climáticas, e que diga aos Chefes de Estado

que é absolutamente inaceitável adiar as decisões que devem ser tomadas em Copenhague.

Esperamos que em nome do Brasil e da segurança e bem-estar do povo brasileiro, o Sr. e seus Ministros conclamem os demais líderes mundiais para um esforço mundial pelo único resultado aceitável em Copenhague: um acordo ambicioso, justo e com força de lei.



→ Epílogo

O Fórum Amazônia Sustentável, em sua agenda sobre mudanças climáticas, sugeriu que o governo brasileiro adotasse metas de redução de GEE. De forma positiva, o governo brasileiro anunciou no dia 12 de novembro de 2009 a meta oficial do país em relação ao corte das emissões de GEE projetado para 2020.

A meta brasileira é reduzir as emissões de GEE previstas no cenário *Business as Usual* (cenário inercial) e na faixa entre 36,1% a 38,9% das emissões até 2020. A amplitude da redução, segundo o governo, deve ficar de 975 a 1.062 milhões de toneladas de gás carbônico [equivalente CO₂]. O plano governamental “Ações para Mitigação de Emissões até 2020” divide em quatro componentes a estratégia de redução de emissões de GEE do Brasil.

USO DA TERRA: redução do desmatamento da Amazônia e do Cerrado estabelecida em 80% e 40%, respectivamente.

AGROPECUÁRIA: recuperação de pastos, integração de lavouras, plantio direto e fixação biológica de nitrogênio.

ENERGIA: eficiência energética, aumento de uso dos biocombustíveis, expansão de oferta de energia por hidrelétricas e fontes alternativas.

OUTROS SETORES: siderurgia, a partir da substituição do carvão de desmate por carvão de reflorestamento.

Essas metas podem virar lei. O plenário do Senado aprovou no dia 25 de novembro o projeto que transforma em lei a Política Nacional sobre Mudança do Clima. A proposta incorpora o compromisso assumido pelo governo brasileiro de reduzir de 36,1% a 38,9% as emissões de gás carbônico até 2020. O texto também será apreciado pela Câmara Federal.

→ Anexo - Carta dos Governadores da Amazônia sobre REDD

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Os Governadores da Amazônia, signatários deste documento, reunidos em Palmas, Tocantins, em 26 de junho de 2009, vem, mui respeitosamente, fazer as seguintes considerações e propostas, abaixo relacionadas.

Considerações

1 O Brasil tem aproveitado muito pouco as oportunidades do mercado global de carbono. Em 2008, este mercado movimentou cerca de US\$ 120 bilhões. Parte (18%) deste mercado é por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), regulado pelo Protocolo de Quioto, do qual o Brasil participa com cerca de 3%, enquanto a China tem uma participação de 84% (dados de 2008).

2 A maior parte dos projetos do MDL está relacionada com a redução de emissões de projetos energéticos.

Com isso, a China e a Índia, cujas matrizes energéticas são predominantemente provenientes de carvão mineral, têm vantagem com relação a países como o Brasil. O mesmo projeto energético na China recebe cerca de 10 vezes mais créditos de carbono que um projeto no Brasil.

3 O Protocolo de Quioto fechou as portas para a participação das florestas na nova economia do carbono. Florestas nativas como as da Amazônia foram excluídas. Por outro lado, o reflorestamento ficou com regras tão desfavoráveis que atualmente representa uma fração irrisória

do mercado e a previsão, para 2012, é de uma participação inferior a 0,5%. Copenhague poderia ser o marco de uma mudança histórica, colocando a conservação das florestas, o reflorestamento e o combate à pobreza como prioridades internacionais no combate às mudanças climáticas. O Brasil poderia liderar essa mudança em Copenhague.

4 O mercado de carbono deve alcançar cerca de US\$ 2,1 trilhões por ano em 2020 e 14,9 trilhões em 2050. Essas transações poderiam privilegiar projetos em países pobres e em desenvolvimento. Isso dependerá das novas regras do mercado internacional de carbono que serão definidas, em Copenhague, em dezembro de 2009, durante a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas. Esta é uma oportunidade de ouro que o Brasil não pode perder.

5 Países como o Brasil poderiam ser parte da solução do problema das mudanças climáticas, que foram causadas principalmente pelos países ricos/industrializados. Além disso, poderíamos ajudar outros países da África, Ásia e América Latina a participar do mercado de carbono, mediante a transferência de tecnologias ecologicamente apropriadas. Ambas as iniciativas fortaleceriam a liderança internacional do Brasil na construção de um novo padrão internacional de desenvolvimento.

6 O mercado de carbono é a melhor oportunidade para o financiamento do combate ao desmatamento e a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. As emissões de carbono pelas queimadas na Amazônia representaram cerca de 70% do total das emissões anuais brasileiras: 1,2 bilhão de toneladas de CO₂ e por ano (2006). Se isso fosse reduzido a zero, equivaleria a um potencial de mais de 20 bilhões de dólares por ano no

mercado internacional, com base em preços de US\$ 16,78 por tonelada de CO₂e (preço médio do mercado regulado por Quioto). Estimativas indicam que o mercado global de carbono deve chegar a um preço, em 2020, de US\$ 61 por tonelada de CO₂e.

7 Reduzir a zero o desmatamento é bom para a Amazônia e para o Brasil por várias razões. Manteria em funcionamento a mega “bomba d’água” que alimenta com chuvas boa parte do Brasil. Isso é bom para a produção agropecuária, a geração de energia elétrica e o abastecimento urbano de água. Manter a floresta em pé é também essencial para a vida das populações amazônicas. Por outro lado, se reduzíssemos a zero o desmatamento, nossa melhor “imagem ambiental” favoreceria o comércio exterior e, com isso, nossas exportações de carne, soja, etanol etc. teriam melhor acesso aos mercados internacionais. Sairíamos da posição de 4º para a 17ª lugar no ranking internacional de emissões de gases efeito estufa. Deixaríamos a posição de “vilões” para a posição de “heróis” no combate às mudanças climáticas.

8 Existe uma crescente convergência internacional para a inclusão das florestas no mercado de carbono regulado por Quioto. Ao contrário do que muitos pensam, não existem problemas metodológicos insuperáveis para a inclusão do mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (chamado de REDD). A Amazônia já tem projetos em andamento que mostram a viabilidade metodológica e os benefícios socioambientais do REDD. A inclusão do REDD no mercado de carbono não impede que sejam feitas, também, doações governamentais dos países poluidores para os países pobres ou em desenvolvimento, como no caso do Fundo Amazônia.

Para surpresa de todos, dentro e fora do país, o Governo do Brasil vem fazendo oposição à inclusão das florestas neste promissor mercado! Essa posição deve ser revista com urgência!

9 Existe também uma convergência dos grandes líderes internacionais e da população em geral sobre a gravidade do problema das mudanças climáticas e a urgência de soluções. As consequências da inação podem ser catastróficas para todos. A recente catástrofe de Santa Catarina e a atual cheia na Amazônia são apenas mostras do futuro que teremos pela frente... Temos não mais do que dez anos para fazer uma radical mudança na economia do mundo, na direção de uma “economia de baixo carbono”. O Brasil tem uma enorme oportunidade histórica para se beneficiar disso. Isto requer um esforço urgente para aumentar a eficácia das políticas públicas nessa área.

10 Se as regras do Protocolo de Quioto forem alteradas e o Brasil passar a ser mais eficaz no apoio à implementação de projetos de carbono, poderiam surgir oportunidades com grandes potenciais, dentre as quais:

- A. Redução do desmatamento
- B. Amazônia = 1,2 bilhão de toneladas de CO₂e por ano (tCO₂e / ano)
- C. Reflorestamento para recuperação de áreas degradadas
 - i. Brasil = 1,6 bilhão tCO₂e / ano
- D. Hidrelétricas
 - i. Belo Monte = 42 milhões tCO₂e / ano
 - ii. Jirau = 12 milhões de tCO₂e / ano

E. Gasoduto

- i. Coari – Manaus = 1, 3 milhão tCO₂e/ano

Propostas

1 *Criação de uma Força Tarefa, composta por especialistas indicados pelos estados da Amazônia e com apoio do Governo Federal, coordenado pelo Fórum de Governadores da Amazônia, com o objetivo de propor, num prazo de 30 dias, recomendações para a Presidência da República quanto ao posicionamento a ser adotado pelo Governo do Brasil em Copenhague.*

2 *Criação de um Órgão Governamental, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, para cuidar da formulação, implementação e gestão de um Sistema Nacional de Redução de Emissões, articulando e apoiando o papel dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, assim como fomentando projetos de carbono não-governamentais, envolvendo o setor privado tanto empresarial quanto familiar, comunitário e indígena.*

3 *Organização de uma Missão de Governadores da Amazônia para Copenhague, liderada pelo Presidente Lula, para apresentar a visão da Amazônia brasileira sobre as diretrizes prioritárias para o novo regramento internacional sobre mudanças climáticas, em dezembro de 2009.*

Palmas, 26 de junho de 2009.

Ana Júlia de Vasconcelos Carepa
Governadora do Estado do Pará

Blairo Maggi
Governador do Estado de Mato Grosso

Ivo Narciso Cassol
Governador do Estado de Rondônia

Binho Marques
Governador do Estado do Acre

Eduardo Braga
Governador do Estado do Amazonas

José Anchieta Junior
Governador do Estado de Roraima

Marcelo Miranda
Governador do Estado de Tocantins



→ Referências

- Fagan, B. 2009.** *O aquecimento global: Influência do clima no apogeu e declínio das civilizações*. Larousse. 303 p.
- GEOAmazônia. 2008.** *Perspectivas do meio ambiente na Amazônia*. GEO Amazônia. 167 p.
- Ipam. 2009.** *Perguntas e respostas sobre Aquecimento Global*. Belém: Ipam. 65 p.
- IPCC.** Quarto Relatório, Grupo de Trabalho 1. Fevereiro de 2007.
- IPCC.** Quarto Relatório, Grupo de Trabalho 3. Maio de 2007.
- Malhi, Y.; Roberts, T.J.; Betts, A. R.; Killeen, J.T.; Li, W. H. & Nobre, C. 2006.** Climate change, deforestation, and the fate of the Amazon. *Science* 319 (5860): 169-172.
- McKinsey & Company. 2008.** *Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil*. 40 p.
- MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia). 2004.** Comunicado Nacional Inicial do Brasil à Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. 276 p.

→ Créditos

Edição de texto: Tatiana Corrêa Veríssimo
Colaboração: Beto Veríssimo, Brenda Brito e Iêda Fernandes
Revisão: Adriana Fradique
Projeto Gráfico: www.vendoeditorial.com.br



Comissão executiva:



Secretaria executiva:



Apoio:

